

HABEAS CORPUS Nº 507.306 - SP (2019/0121170-8)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FELIPE PEREIRA MAGALHAES - BA033503
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JACKSON SOUZA MORAIS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de JACKSON SOUZA MORAIS em face de acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO, assim ementado (fl. 62):

AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL - PROGRESSÃO DE REGIME - Contagem do lapso para nova progressão - Pretensão de que o termo inicial seja o alcance do lapso - Impossibilidade Exigência legal de efetivo cumprimento de pena no regime anterior - Progressão que constitui expectativa de direito do apenado, sendo o cumprimento do lapso um de seus requisitos, não o único Inteligência do art. 112, da Lei de Execução Penal - Precedentes. Recurso desprovido.

Consta dos autos que ao paciente foi deferido o pedido de progressão ao regime semiaberto pelo Juízo de Execuções. Na ocasião, considerou por data-base para a próxima progressão a data de tal decisão.

Interposto agravo em execução pela defesa, a Corte de origem negou provimento ao recurso.

No presente *writ*, a Defensoria Pública sustenta, em síntese, que o atual entendimento sobre o tema é que a data-base para a progressão ao regime aberto deve ser a data em que o sentenciado preencheu o lapso temporal para a progressão ao regime semiaberto, independentemente da data da decisão judicial que deferiu o benefício, tendo em vista seu caráter declaratório. Colacionou, nesse sentido, julgado do Supremo Tribunal Federal.

Requer, assim, a concessão da ordem para declarar que o marco inicial para o cálculo da progressão do regime aberto seja a data em que a paciente efetivamente adquiriu o direito ao benefício da progressão ao semiaberto.

A liminar foi indeferida.

As informações foram prestadas.

O parecer do Ministério Público foi pela concessão da ordem.

É o relatório.

DECIDO.

A impetrante alega constrangimento ilegal na fase de execução,

devendo constar como data-base para cálculo de progressão ao regime aberto a data em que o paciente cumpriu o requisito objetivo para a progressão ao regime semiaberto.

O Tribunal local negou provimento ao agravo em execução defensivo, sob os seguintes fundamentos (fl. 63/65):

Sem razão o agravante.

Preconiza o art. 112, da Lei de Execução Penal que “A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior e ostentar bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento, respeitadas as normas que vedam a progressão”.

Extrai-se do referido comando legal que o período aquisitivo de nova progressão de regime deve partir do efetivo início do cumprimento de pena pelo sentenciado no regime anterior, não da mera verificação da fração exigida por Lei.

Mesmo porque o requisito objetivo (lapso temporal) não basta, por si só, para a progressão. É preciso que se analise o mérito do sentenciado requisito de ordem subjetiva, que será demonstrado durante o cumprimento da pena no regime intermediário, como bem sopesado na origem.

Com efeito, é possível, e corriqueiro, aliás, que o reeducando cumpra o interstício temporal exigido para a progressão, mas não reúna mérito (requisito subjetivo) suficiente para a concessão da benesse em tela.

A progressão de regime constitui, pois, expectativa de direito do apenado, cujo deferimento depende da conjugação de exigências de ordem objetiva e subjetiva.

Dizer que a segunda fração deve ter como marco inicial a mera satisfação da segunda não corresponde ao regramento do sistema progressivo de cumprimento de penas com as exigências que o caracterizam.

Enfim, incensurável a decisão ora objurgada.

Ante o exposto, pelo meu voto, nego provimento ao recurso.

Como visto, a Corte *a quo* negou provimento ao agravo da defesa por entender que, para progredir ao regime aberto, é necessário que o apenado cumpra o lapso temporal necessário a partir da decisão que o progrediu ao regime semiaberto.

Quanto ao tema, o entendimento da Sexta Turma desta Corte é no sentido de que deve ser considerada *como data-base para subsequente progressão de regime, aquela em que o reeducando preencheu os requisitos do art. 112 da Lei de Execução Penal e não aquela em que o Juízo das Execuções deferiu o benefício* (HC 369.774/RS, Rel. Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, julgado em 22/11/2016, DJe 7/12/2016).

Nesse sentido decidiu o Excelso Supremo Tribunal Federal:

Habeas Corpus. 2. Execução Penal. Progressão de regime. Data-base. 3. Nos termos da jurisprudência do STF, obsta o conhecimento do habeas corpus a falta de exaurimento da jurisdição decorrente de ato coator consubstanciado em decisão monocrática proferida pelo relator e não desafiada por agravo regimental. Todavia, em casos de manifesto constrangimento ilegal, tal óbice deve ser superado. 4. Na execução da pena, o marco para a progressão de regime será a data em que o apenado preencher os requisitos legais (art. 112, LEP), e não a do início do cumprimento da reprimenda no regime anterior. 5. A decisão que defere a progressão de regime tem natureza declaratória, e não constitutiva. 6. Deve ser aplicada a mesma lógica utilizada para a regressão de regime em faltas graves (art. 118, LEP), em que a data-base é a da prática do fato, e não da decisão posterior que reconhece a falta. 7. Constrangimento ilegal reconhecido, ordem concedida. (HC 115254, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 15/12/2015, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-036 DIVULG 25-2-2016 PUBLIC 26-2-2016).

Colhe-se do julgado que a natureza da decisão concessiva da progressão de regime é declaratória, e não constitutiva, razão pela qual o tempo em que o apenado fica no aguardo da análise do pedido será computado para fins de contagem do requisito objetivo temporal, sendo, pois, considerada, como termo *a quo*, a data em que o apenado teria direito, e não a data do efetivo ingresso no regime anterior.

De fato, a nova concepção promove tratamento mais justo e mais digno ao apenado, que não mais será punido com a mora e a ineficiência do Estado.

A propósito, também o seguinte precedente:

PENAL E PROCESSUAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO. NÃO CONHECIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME. TERMO INICIAL PARA A CONTAGEM DO LAPSO TEMPORAL. DATA EM QUE O APENADO TERIA DIREITO AO BENEFÍCIO, CUMPRINDO OS REQUISITOS LEGAIS (ART. 118 DA LEP). DECISÃO CONCESSIVA DE NATUREZA DECLARATÓRIA. NOVO ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. MUDANÇA DA JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

[...]

2. O Supremo Tribunal Federal, recentemente, passou a entender que o termo inicial de contagem do lapso temporal para a progressão de regime deve corresponder à data em que o apenado efetivamente preencheu os requisitos legais do art. 118 da LEP, ou seja, a data em que teria direito ao benefício, tendo em vista a natureza declaratória da decisão concessiva da progressão de regime, devendo, pois, ser computado o tempo em que o apenado ficou no aguardo da análise do pedido.

3. A nova orientação promove tratamento mais justo e mais digno ao

apenado, que não mais será punido com a mora e a ineficiência do Estado, passando a ser adotada por ambas as Turmas Criminais deste STJ. Precedentes.

4. Habeas corpus não conhecido, mas concedida a ordem de ofício para fixar a data em que o apenado preencheu os requisitos do art. 112 da LEP como termo inicial para a contagem do lapso temporal para fins de progressão de regime. (HC 309.087/RS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 2/2/2017, DJe 9/2/2017).

Ante o exposto, concedo o *habeas corpus* para determinar que o Juízo das Execuções Criminais estabeleça como data-base para futura progressão de regime o dia em que o paciente efetivamente preencheu os requisitos objetivo e subjetivo, e não o dia do início do cumprimento da pena no regime anterior.

Comunique-se.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator